

O estudo do transporte marítimo de mercadorias em dois cenários, entre os quais a de rotação manual em todas as ilhas

Carvalho, nomeada pelo Governo dos Açores, que analisou o estudo sobre o transporte marítimo em dois cenários, tal como já se verificava no estudo, deixando a opção final para a responsabilidade do governo. Também teve acesso a uma análise crítica do relatório, da autoria do Comandante Lizuarte Machado, e a uma nota sobre o assunto, que também transcrevemos.

Comandante Lizuarte Machado sobre o relatório “Comissão Especializada não correspondeu às competências que lhe foram atribuídas”

“Breves notas acerca do Relatório da Comissão Especializada Independente, nomeada pelo Despacho n.º 1232/2023 de 17 de Julho de 2023 de Sua Exa., a senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

À Comissão Especializada Independente foram atribuídas as seguintes competências:

- 1- Avaliar os modelos propostos no estudo da VCDuarte e propor eventuais ações corretivas e de melhoria;
- 2) Propor o modelo mais adequado para o transporte marítimo de mercadorias, que promova um verdadeiro mercado interno e assegure maior regularidade, previsibilidade e estabilidade das operações;
- 3) Elaborar um relatório final das suas atividades.

Como é sabido o “estudo” da VC Duarte não procurou sequer esboçar um estudo de mercado ou efetuar uma análise operacional que permitissem construir um modelo de simulação de cenários alternativos.

Daí resulta um não estudo que se caracteriza por:

- 1- Analisar a situação de forma empírica, com base em escalas/itinerários anunciados e não em escalas/itinerários



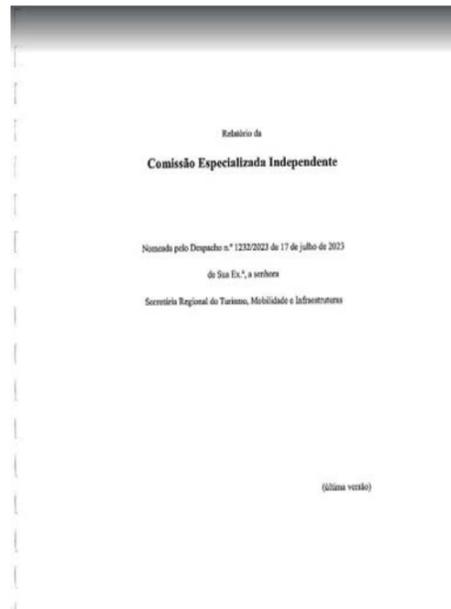
realizados.

2- Não utilizar bases de dados analíticas, hoje disponíveis e com informação sobre todos navios em operações.

3- Não utilizar estatísticas de tráfego por serviço/navio, detalhadas por viagens, mas apenas estatísticas portuárias globais.

4- Não apresentar matrizes de tráfego com todas as origens e todos os destinos, por escala, por tipo de contentor, cheios e vazios, etc.

5- Não analisar as estruturas de custos dos serviços explorados, nem com base



nos dados reais dos armadores, nem com base em estimativas próprias.

6- Não ter em conta a idade média da frota de navios a operar atualmente e o facto de os navios no tráfego estarem no fim de vida útil para um serviço de linha regular com requisitos particulares (operacionais, de garantia de serviço e segurança).

7- Não mencionar nem avaliar alternativas para a renovação da frota.

8- Não efetuar uma análise de benchmarking para encontrar alternativas de operação. Limita-se a, imagine-se, a procurar nas Canárias semelhanças com o que existe na RAA.

7- Os Cenários estudados serem os que resultaram de consultas aos armadores e não de avaliações económicas dos consultores. Trata-se de uma recolha de opiniões e não de uma verdadeira análise económica de modelos.

A Comissão Especializada Independente não correspondeu, como era de prever, de forma alguma, às competências que lhe foram atribuídas, o que de certa forma, era espectável, pelo menos para quem já conhecia o estudo.

Todavia, tratando-se de “especialistas independentes”, independentes de quê?,

para cumprirem a missão que lhes foi atribuída, era sua obrigação irem muito para além do suposto “estudo”. Infelizmente tal não aconteceu.

Em primeiro lugar, o relatório da Comissão Especializada Independente não efetuou a avaliação dos “modelos de operação propostos no estudo” e não propôs qualquer tipo de sugestões de melhoria dos mesmos.

Limitou-se a reproduzir textualmente a informação (escassa, insuficiente e datada no tempo) contida no relatório da VC Duarte.

A Comissão Especializada Independente refere concordar “globalmente” com as conclusões. Quais? Todavia, não aponta qualquer tipo de novas questões/condições específicas. Apenas refere a necessidade de renovação da frota do tráfego local regional, questão menor tendo em conta o problema maior, ou seja, a idade média de todos os navios em operações nos Açores, superior a 25 anos.

Por incrível que pareça, a Comissão Especializada Independente não se apercebeu sequer da necessidade absoluta de investimento em todo o sistema de transportes e como ele deve ser planeado e financiado. Sendo que, não se trata apenas de navios, mas também de equipamentos portuários e sistemas integrados de gestão das operações (navios-portos-logística, digitalização).

Em segundo lugar, a Comissão Especializada Independente não se pronuncia, nem propõe, como era sua obrigação, “o modelo mais adequado para o transporte marítimo de mercadorias”. Limita-se a reproduzir os cenários do relatório da VCDuarte e a referir que há armadores com posições diferentes sobre os mesmos. Podera!

Salvo melhor opinião, o relatório da Comissão Especializada Independente, à semelhança do “estudo” que está na sua génese, roça a indigência.

Piedade do Pico, 6 de Outubro de 2024

Comandante Lizuarte Machado

